

Opinião

A crescente demanda da sociedade por um modelo de desenvolvimento centrado na sustentabilidade ambiental, social e econômica faz com que todos os segmentos do setor primário catarinense busquem informações e tecnologias adequadas à realidade atual. Hoje não mais se admitem tecnologias poluidoras do meio ambiente, nem resíduos tóxicos nos produtos oferecidos à população. Além disso, a qualidade do ar e da água está sob constante vigilância dos órgãos governamentais e das organizações não-governamentais – ONGs. Assim, o monitoramento dos recursos ambientais se constitui em poderosa ferramenta para a sociedade melhorar a tão almejada qualidade de vida.

A necessidade de proteção da água poderá proporcionar um incentivo mais imediato para a mudança. Simplesmente poderá não ser possível conviver com rios contaminados pelo tempo que poderíamos suportar. Conter a excessiva poluição exigirá respostas inovadoras não apenas dos agricultores e dos consumidores, mas também dos legisladores e empresários. Além disso, para a adequação das propriedades rurais, visando solucionar estes problemas e efetivamente melhorar a qualidade da água e reduzir o poder poluente dos dejetos a níveis aceitáveis, bem como atender às exigências da legislação, são necessários investimentos significativos. Normalmente, estes investimentos têm custos acima da capacidade de pagamento dos agricultores. Por outro lado, o adequado manejo e a utilização dos dejetos como fertilizante para as lavouras e como instrumento de melhoria das

condições físicas, químicas e biológicas do solo também exigem investimentos em captação, armazenagem, transporte e distribuição, nem sempre disponíveis nas pequenas e médias propriedades rurais.

O quadro desolador da atual situação ambiental do meio rural catarinense pode ser revertido mediante a ação integrada dos diversos órgãos do governo de Santa Catarina, do governo federal, das prefeituras municipais, das universidades públicas e particulares, das ONGs e da iniciativa privada, para salvaguardar a dignidade e a cidadania da população catarinense, proporcionando melhorias na qualidade de vida no meio rural, com reflexos diretos para toda a sociedade. Este processo dinâmico, com a participação de todos os agentes da sociedade na busca da gestão com vistas a incorporar mudanças e avanços tecnológicos e socioeconômicos, deve ser implantado em cada região do Estado, tendo como unidades básicas as bacias hidrográficas.

Um programa integrado de desenvolvimento ambiental para Santa Catarina, tendo como plano básico a redução da poluição ambiental, principalmente a provocada por dejetos animais, esgotos domésticos, efluentes industriais, resíduos de carvão mineral, agrotóxicos e demais resíduos, deve iniciar pela criação e implantação de comitês de bacias hidrográficas junto às principais bacias do Estado, com o objetivo de envolver diretamente a comunidade na identificação dos problemas e na implementação de medidas corretivas, com relação à degradação dos recursos hídricos. Na seqüência, deverão ser instaladas as agências de bacias hidrográficas, responsáveis pela execução das medidas propostas pelos comitês, efetuando, inclusive, o

monitoramento dos recursos hídricos, através de uma ação integrada entre os organismos públicos e privados, juntamente com as universidades que atuam na área ambiental. Finalmente, o programa deve providenciar a elaboração e a implementação dos planos de proteção e recuperação ambiental, adaptados às peculiaridades de cada região.

Desta forma, será possível subsidiar a comunidade catarinense no direcionamento de ações, atuais e futuras, que venham a conferir ao setor produtivo maior eficiência e à população melhor qualidade de vida, pois a sustentabilidade do desenvolvimento integrado, através da organização da sociedade para o uso eficaz, econômico e equilibrado dos recursos naturais, visa garantir o sustento das gerações atuais e futuras.

Carlos Luiz Gandin, eng. agr., M.Sc. Cart. Prof. 3.141-D, Instituto Cepa/SC, Rodovia Admar Gonzaga, 1.486, C.P. 1.587, 88034-000 Florianópolis, SC fone (048) 334-5155, fax (048) 334-2311, e-mail: clg@epagri.rct-sc.br.

Participação Interativa – Uma análise crítica do processo na Epagri

Rose Mary Gerber

Uma exigência do Banco Mundial traz para o centro das discussões tópicos como participação, pesquisa interativa, produtor experimentador; termos conhecidos mas utilizados aquém do desejável

Opinião

em nossa Empresa, nos trabalhos de pesquisa e extensão como um todo. Termos que, de repente, entram nas rodas de debate e discussão de alguns técnicos da Epagri, enquanto outros, no início do terceiro milênio, se questionam e buscam dar uma precisão exata/científica a esses termos. A expressão “de repente” é proposital porque entre assimilar um discurso e exercer a sua prática há, sim, uma distância a ser percorrida.

O Banco Mundial é enfático e exige – é uma exigência – essa nova metodologia de trabalho para o Microbacias II, e nos inquietamos. Primeiro porque não estamos suficientemente preparados para essa empreitada e segundo porque o nosso conhecimento será posto à prova, já que teremos, sim, que reconhecer e interagir com o saber do outro – do produtor – e, assim sendo, teremos que descer do “nosso pedestal” de cientistas que produzem “para” e estabelecer uma relação/postura de quem cria “com”.

O produtor, por sua vez, não mais deverá esperar apenas “pelo”, mas terá necessariamente que buscar, pesquisar, experimentar, participar de forma integrada “com” o técnico – pesquisador e/ou extensionista.

Deveremos ser capacitados nesta área, discutir, rediscutir suas particularidades e tentar estabelecer uma sintonia entre os diferentes técnicos da Epagri, pesquisadores e extensionistas, no que se refere a esta metodologia de interação com o “outro”.

É um desafio essa exigência do Banco Mundial! Estamos habituados, acomodados e, até certo ponto, satisfeitos com a dependência do outro (fazendo “por”), sem receber, na maioria das vezes, maiores

questionamentos sobre o “porquê do como fazemos”, justificativa e metodologia de trabalho.

É, portanto, desafiador abrir o espaço que se exige, colocando o “o quê/ como/por quê se faz em discussão, mas é também um passo para o desenvolvimento sustentável que se quer, visto pelo viés do exercício da cidadania, da condição sujeito/sujeito, da divisão de papéis e espaços entre os diferentes atores sociais.

Talvez seja o início do caminho onde há espaços para saberes científicos e populares, para técnicos e produtores, mulheres, jovens, crianças, idosos, ou seja, atores sociais que são criadores de sua própria história. Nós – apenas facilitadores do processo, atores de nossa ciência/pesquisa/extensão.

No final quem sai ganhando são todos e o resultado possível é a qualidade que se quer na agropecuária e pesca catarinense; produtos concorrentes e colocados numa era globalizada que exige, cobra, opta pelo competitivo e não aceita, critica, inviabiliza o seu oposto; pessoas capacitadas para esta nova realidade que se impõe de forma crescente e que exige, cada vez mais, qualidade, competitividade, conhecimento local com visão de uma realidade mais ampla, global. Ou seria o inverso?

A participação interativa implica a consideração dos atores sociais enquanto sujeitos de sua história, onde as diferentes formas de ver, sentir, vivenciar o cotidiano possibilitam enriquecer a relação de troca de experiências, questionamentos, e permitem, para o técnico, a vivência de sua *praxis* profissional onde, num movimento de ação-reflexão-ação, pode avaliar/repensar/rever o que está realizando junto ao público com o

qual interage.

Para o produtor rural, há a abertura de um espaço onde pode perceber-se como sujeito que tem seu valor histórico e que, culturalmente diferenciado, com seus valores, crenças, mitos, tabus, experiências, torna mais rica a construção, com o “nós” da participação interativa.

O técnico é, desta forma, um facilitador e não um fazedor, indica possibilidades e não aconselhaamentos, onde não há lugar para o pronto, definido, predeterminado, já que o processo é de construção. O isolamento do mundo técnico-científico cede espaço para o criar/fazer em conjunto, pesquisadores, extensionistas, produtores, famílias, mulheres; e as diferentes culturas e as diferenças culturais mostram-se como parte de um processo que, longe de ser imediato, se dá a longo prazo, transformando o pré-existente em co-existência.

Não há, desta forma, uma perda do poder (do cientista/técnico/pesquisador), mas um acréscimo com o saber do outro (produtor, família, mulher), onde atores sociais se confrontam, discutem, questionam e crescem. É, pois, um grande desafio que temos à frente e não uma ateradora ameaça. Desafio de transformar uma visão especializada e padronizada em uma não menos especializada, porém com visão holística, aberta, que considera mais os atores sociais e menos as (desnecessárias) teorias abstratas, e onde os “objetos” de observação são de fato, e por princípio, sujeitos, atores e autores, de sua história social.

Rose Mary Gerber, assistente social, M.Sc., CRESS 0891, Epagri, C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone (048) 239-5569, fax (048) 239-5597.